

ANC p. 3

Antes mesmo de entrar em vigor, a nova Constituição precisa ser revista — não por motivos relevantes, mas por questões de somenos, como essa de os constituintes haverem-se esquecido de que algumas autoridades também pagam imposto sobre a renda. Ao lado disso, apontam-se quase 80 erros, já encontrados pelos relatores auxiliares, erros esses que serão de difícil reparo. A Carta Magna nasce torta, e antes mesmo de ser promulgada dá azo a discussões sobre se o preceito que fixa em 12% os juros reais é auto-aplicável, ou deve depender de legislação complementar. Traduzido tudo em miúdos, no dia em que a Constituição entrar em vigor o Supremo Tribunal Federal deverá ser chamado a deslindar essa questão da taxa de juros, e outras que foram votadas de afogadilho.

Esse é um dos aspectos surrealistas da realidade brasileira. (Preferimos surrealista a sombrio, porque eleições nada têm de torvo.) Outro é o das eleições municipais, que de repente se transformaram em teste para o pleito presidencial de 1989. Antigamente, aproveitava-se a oportunidade de uma eleição para presidente ou governador para fazer a propaganda de candidatos a prefeito.

Quadro pouco animador

Era, pelo visto, o tempo do *autoritarismo*, pré-1964. Agora, quando o “basismo” é a doutrina em voga, usam-se as eleições municipais para fazer a propaganda de candidatos à Presidência da República. O deputado Ulysses Guimarães dispõe-se a sair pelo Brasil empunhando o texto da Constituição (errada ou não, pouco lhe importa) para defender os candidatos do PMDB e fazer a sua propaganda a presidente. Por outro lado, anuncia-se que o senador Mário Covas — embora não possa invocar suas artes como líder do PMDB durante a primeira fase dos trabalhos constituintes — apesar de tudo vai usar a propaganda eleitoral de alguns candidatos do PSDB para fazer breves aparições, marcando sua presença junto ao eleitorado de muitas capitais e cidades grandes. O sr. Leonel Brizola, seguramente, não deixará por menos: precisa construir uma estrutura partidária sobre a qual assentar sua futura campanha. E o sr. Paulo Maluf, que se arrisca a regredir em sua carreira política, voltando a ser prefeito depois de ter sido governador, sabe que a vitória nas urnas de São Paulo poderá abrir-lhe insuspeitados caminhos. O que menos importará nesta campanha que dentro em breve estará em todos os meios de co-

municação de massa são os problemas municipais; o essencial é marcar pontos para a sucessão presidencial, que está lançada.

A campanha para presidente irá coincidir com o imenso trabalho que aguarda o Congresso Nacional, incumbido de regulamentar a Constituição em muitos de seus aspectos — e dos mais decisivos para a economia e a vida social brasileiras. Isso significa que a legislação complementar (em sentido genérico) que será elaborada corre o sério risco de ser influenciada pela demagogia dos candidatos, que dificilmente deixarão passar por defensores de idéias tidas como “conservadoras”. A precipitação da campanha sucessória trará, pois, prejuízos ao País, que necessitaria de pelo menos seis meses de tranqüilidade para que o Congresso se desincumbisse de suas altas funções sem sofrer pressões outras que aquelas normalmente dirigidas sobre a instituição.

Não apenas o Congresso, porém, sofrerá com a demagogia dos candidatos. O Executivo, especialmente a Presidência, sentirá comichões e partirá para auxiliar aquele dos postulantes que considerar mais apto a ocupar a curul presidencial. Em palavras mais

simples, o presidente Sarney tudo fará para que o futuro presidente seja homem do seu círculo de simpatias. O que é natural, diga-se de passagem — e é por ser natural e por conhecermos a latitude que o chefe do governo dá à natureza das coisas em política, que tememos. Apesar dos desmentidos formais, ficaram sem contestação cabal todas as acusações a respeito do que custou ao Executivo (vale dizer ao contribuinte) o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Se assim foi no passado, como será no futuro, quando o mesmo sr. José Sarney desejar eleger alguém que o auxilie em seu projeto político pessoal, que deverá incluir, pelo menos, uma candidatura ao Senado em 1990? Apesar das restrições que o novo orçamento coloca no caminho dos que desejam fazer política à custa do Erário, o poder da Presidência ainda é muito grande e sua margem de discricção enorme. Assim, pois, no instante em que o presidente escolher seu candidato, a máquina começará a funcionar, pressionando, gastando, dando à espera de receber. Junte-se isso à elaboração das leis complementares e ordinárias reclamadas pela Constituição e ter-se-á um quadro pouco animador no futuro.